CLIPPING INTERNET

18/05/2022 ATÉ 18/05/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 BLOG DIEGO EMIR
1.1 CEMULHER..... 1
2 BLOG DO MARCIAL LIMA
2.1 DECISÕES..... 2
3 BLOG DO MINARD
3.1 DESEMBARGADOR..... 3
4 BLOG DO OLAVO SAMPAIO
4.1 DESEMBARGADOR..... 4
5 BLOG GILBERTO LEDA
5.1 INSTITUCIONAL..... 5
6 BLOG LUÍS CARDOSO
6.1 DECISÕES..... 6
7 BLOG PAULO ROBERTO
7.1 POSSE..... 7
8 PORTAL DO MUNIM
8.1 DESEMBARGADOR..... 8
8.2 PRESIDÊNCIA..... 9
9 SITE CNJ
9.1 AÇÕES TJMA..... 10
10 SITE DIÁRIO DE BALSAS
10.1 DECISÕES..... 11
10.2 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 12
11 SITE G7 MARANHÃO
11.1 INSTITUCIONAL..... 13
12 SITE IMIRANTE.COM
12.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 14
13 SITE MARANHÃO HOJE
13.1 CEMULHER..... 15
13.2 PRESIDÊNCIA..... 16 17
14 SITE O GLOBO ONLINE
14.1 INSTITUCIONAL..... 18
15 SITE O MARANHENSE
15.1 DECISÕES..... 19
15.2 DESEMBARGADOR..... 20
15.3 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 21
16 SITE OAB-MA
16.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 22

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
18/05/2022 - BLOG DIEGO EMIR
POSITIVA
Desembargadora Angela Salazar toma posse como presidente do TRE-MA nesta quinta-feira, 19

Desembargadora Angela Salazar toma posse como presidente do TRE-MA nesta quinta-feira, 19

Na próxima quinta, dia 19 de maio, às 16h, a desembargadora Angela Maria Moraes Salazar e o desembargador José Luiz Oliveira de Almeida tomam posse como presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, respectivamente, durante sessão solene a ser realizada no plenário Ernani Santos da sede do órgão (Avenida Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha - São Luís). É obrigatório o uso de máscara para acessar as dependências do TRE-MA.

Na mesma data, despede-se o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que tomou posse como membro efetivo em 19 de maio de 2020 e presidiu a Corte a partir de 1º de março de 2021.

A nova mesa diretora do TRE-MA comandará no estado as eleições majoritárias em que haverá escolha de deputado federal, deputado estadual, senador, governador e presidente da República.

Currículos resumidos

Angela Maria Moraes Salazar nasceu em São Luís Gonzaga do Maranhão, filha de Benedito Salazar e de Maria da Conceição Moraes Salazar.

Bacharelou-se em Direito pela UFMA (1980) e 3 anos depois concluiu o curso de Serviço Social, também pela UFMA. Tem MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas e em Ciências Criminais pelo Uniceuma.

Exerceu a atividade de delegada de polícia entre 1982 e 1983, quando foi aprovada no concurso para promotora de justiça, cargo que ocupou até 1986. No mesmo ano foi nomeada juíza de direito, tomando posse como titular da comarca de Vitória do Mearim. Atuou na comarca de Barra do Corda (1991-1992) e participou da implantação da comarca de Açailândia, tornando-se a primeira juíza e diretora do Fórum, em 1992. No ano seguinte obteve remoção para a comarca de Pedreiras.

Foi promovida à comarca de São Luís em 1996 como juíza auxiliar da 1ª Vara da Infância e da Juventude, acumulando também a mesma atribuição na 2ª Vara de mesma especialização. Trabalhou ainda no 1º Juizado Criminal da capital e foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça por dois biênios, de 2002 a 2005. Implantou, em dezembro de 2005, a 11ª Vara Criminal de São Luís, com competência para processar e julgar crimes contra crianças e adolescentes.

Foi coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do TJMA em 2006 e 2007, e retornou para a 11ª Vara Criminal, onde permaneceu até novembro de 2008, quando obteve remoção para a 5ª Vara da Família. Teve acesso ao cargo de desembargadora pelo critério de merecimento, empossada em 16/10/13, com destaque atual nas áreas da infância e juventude e direitos humanos das mulheres.

Em março de 2014 assumiu o cargo de presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER), onde permaneceu até março de 2020.

Por aclamação, assumiu em 1º de março de 2021 a vice-presidência e corregedoria regional eleitoral maranhense.

Em 23 de março de 2022 recebeu o Prêmio Bertha Lutz, concedido pelo Senado Federal, como reconhecimento pela relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Maranhão.

José Luiz Almeida

José Luiz Oliveira de Almeida é natural de Vitorino Freire, casado com Ana Rita e pai de dois filhos. Formou-se em Direito pela UFMA em 1977. Iniciou a carreira em novembro de 1986, então nomeado juiz-substituto e titularizado depois na comarca de Presidente Dutra.

Em seguida, foi promovido, por merecimento, para as comarcas de Colinas, em março de 1990; Imperatriz, em junho do mesmo ano; e para o cargo de juiz auxiliar de São Luís, em fevereiro de 1992, tendo sido titularizado na 7ª Vara Criminal, onde atuou por 18 anos.

Foi também juiz eleitoral das 10ª e 76ª zonas da capital, além de promotor eleitoral com atuações nos municípios de São João dos Patos e Cururupu.

Também lecionou as disciplinas Direito Penal e Direito Processual Penal na UFMA (tanto capital como Imperatriz) e na ESMAM. Possui ainda inúmeras publicações em diversos sites e jornais no Brasil e mantém um blog na internet, cujo endereço é: http://joseluizalmeida.com

O post Desembargadora Angela Salazar toma posse como presidente do TRE-MA nesta quinta-feira, 19 apareceu primeiro em Diego Emir.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/05/2022 - BLOG DO MARCIAL LIMA
POSITIVA
Em São Luís, decisão baseada em ação do MP-MA é confirmada pelo TJ-MA

Em São Luís, decisão baseada em ação do MP-MA é confirmada pelo TJ-MA

Uma ação proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA), em 2017, que resultou na condenação da Prefeitura de São Luís para realocar as pessoas que ocupam uma área de preservação permanente às margens do Rio Paciência, no Bairro do São Cristóvão, teve a sentença confirmada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA), no último dia 12.

A 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís recebeu uma representação, em 2014, noticiando a poluição do "Baixão do Paciência", área localizada entre a Avenida II, ruas Epitácio Cafeteira, São Jorge, Santo Antônio e adjacentes.

Várias tentativas de solução extrajudicial foram feitas, por meio de contatos com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular. O Ministério Público também realizou vistoria no local, cujo parecer apontou a necessidade de obras de infraestrutura na região. De acordo com a Semosp, tais intervenções só poderiam acontecer com a desocupação da localidade, o que nunca aconteceu.

"Pelo modo como o município de São Luís está tratando o caso, a intervenção na área para recuperação dos danos ambientais é um ato que o ente municipal espontaneamente não concretizará, razão pela qual se revela necessária a imputação de sua responsabilidade pelo resultado do ato ilegal praticado, eis que se manteve na posição de inércia quando possuía o dever legal de impedir a ocupação de área de preservação permanente, eis que também se trata de área de risco, além da obrigação de implementar medidas de saneamento", avaliou, na ação, o promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Os pedidos feitos pelo Ministério Público foram deferidos pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em dezembro de 2020. A Prefeitura de São Luís ingressou com uma apelação, que não foi acolhida pela 2ª Câmara Cível do TJ-MA.

Relatou o processo o desembargador Antônio Guerreiro Júnior. Votaram de forma unânime as desembargadoras Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e Nelma Celeste Souza Silva Sarney. Pela Procuradoria Geral de Justiça atuou o procurador Raimundo Nonato de Carvalho Filho.

(Informações do MP-MA)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
18/05/2022 - BLOG DO MINARD
POSITIVA
TJMA realiza sessão solene de diplomação da desembargadora Sônia Amaral

TJMA realiza sessão solene de diplomação da desembargadora Sônia Amaral

Publicado em 17 de maio de 2022 às 18:00 | Comentar

Desembargadora Sônia Amaral
O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza Sessão Solene de Diplomação da desembargadora Sônia Amaral, nesta quarta-feira (18/5), às 10h, na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Bevilácqua, Avenida D. Pedro II, Centro.

A diplomação será feita pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Paulo Velten. Na ocasião, a desembargadora Sônia Amaral receberá a Medalha Cândido Mendes.

No dia 27 de abril de 2022, Sônia Amaral tomou posse como desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Perfil

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro iniciou sua carreira na magistratura em 1989. Foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça nos períodos de 1998/1999, 2004/2005 e 2008/2009; coordenadora da Casa Abrigo de São Luís/MA (1999/2001); coordenadora geral dos Juizados Especiais do Estado (2000 e 2004); presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em 2000; presidente eleita da AMMA (2001/2002) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (2002/2004).

Atuou como titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís (exercício iniciado em 2006); como presidente da Cooperativa de Crédito da Magistratura, do Ministério Público, dos Defensores Públicos e Procuradores do Estado, no Maranhão; juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, juíza coordenadora do Planejamento Estratégico do TJMA e, foi titular da 10ª Vara Cível da Comarca de São Luís/MA. Veja o perfil completo AQUI.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
18/05/2022 - BLOG DO OLAVO SAMPAIO
NEUTRA
Advogado Riod Ayoub faz campanha baseada no diálogo, para ocupar vaga de desembargador pelo quinto constitucional

Advogado Riod Ayoub faz campanha baseada no diálogo, para ocupar vaga de desembargador pelo quinto constitucional

maio 18, 2022olavosampaio

É grande a expectativa entre advogados do Maranhão para a escolha do novo desembargador do Tribunal de Justiça, por meio do Quinto Constitucional, direito assegurado pelo artigo 94 da Constituição Federal, que garante à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público indicarem integrantes para o Poder Judiciário.

A disputa conta com nomes de peso e um deles, é o renomado advogado Riod Ayoub, profissional com larga experiência no Direito Público e Privado. O jurista faz uma campanha baseada no diálogo – característica que sempre marcou a atividade profissional do agora candidato a desembargador. Dr Riod reúne advogados durante encontros semanais para um café, onde são tratados temas de relevância para a classe, além de ser um espaço de confraternização.

Isso porque a novidade desta vez é que todos os pretendentes poderão fazer campanha para conquistar votos, porque a escolha do Quinto Constitucional ficou mais aberta e democrática. Os mais de onze mil advogados do Maranhão poderão votar para escolher os seis colegas que vão compor a lista sêxtupla. Ela será encaminhada ao TJ, onde será reduzida a três nomes. Enfim, a lista será encaminhada ao Palácio dos Leões, para que o governador faça a escolha.

Antes era o conselho seccional da OAB que escolhia os nomes da lista sêxtupla. Muitos advogados ainda nem sabem desta mudança, por isso a a estratégia do advogado Riod Ayoub, é se aproximar ainda mais da classe para conquistar o voto.

Dos trinta atuais desembargadores do Tribunal maranhense, o Quinto Constitucional foi responsável pela indicação de seis deles. Com a criação de mais sete vagas, o Quinto levará mais dois: um da OAB e outro do MP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
18/05/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
NEUTRA
STF invalida foro privilegiado de defensor público-geral no MA

STF invalida foro privilegiado de defensor público-geral no MA

O Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual finalizada em 13/5, declarou inconstitucionais dispositivos das Constituições dos Estados do Rio de Janeiro, de Mato Grosso do Sul e do Maranhão que atribuíam foro por prerrogativa de função a agentes públicos como defensores públicos, procuradores estaduais e delegados de polícia. Em seu voto, o relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6505, 6507 e 6509, ministro Nunes Marques, reafirmou a jurisprudência do Supremo de que as Cartas estaduais não podem criar, de forma indiscriminada, hipóteses de foro especial que não estejam previstas na Constituição Federal.

As ações foram ajuizadas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. No caso do Rio de Janeiro (ADI 6505), a Constituição determinava que membros da Defensoria Pública, procuradores do estado, procuradores da Assembleia Legislativa e delegados de polícia fossem processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade. Na ADI 6507, Aras contestava dispositivo da Constituição de Mato Grosso do Sul que tinha a mesma previsão para o defensor público-geral do estado, os procuradores do estado e os membros da Defensoria Pública. No caso do Maranhão (ADI 6509), a Constituição estadual atribuía a prerrogativa ao defensor público-geral do estado.

Parâmetro seguro

O ministro Nunes Marques explicou que a Constituição Federal atribuiu ao constituinte estadual a competência para organizar a Justiça local. Por esse motivo, segundo seu entendimento, não se trata de desprestigiar as funções exercidas pelos agentes públicos descritos nas normas impugnadas, mas de estabelecer um parâmetro seguro para evitar a ampliação da prerrogativa de foro, que visa garantir o exercício autônomo e independente da função pública, “sem os assombros de retaliação futura”.

Ele explicou que a Constituição Federal não atribui, por exemplo, foro especial aos advogados da União e das Casa do Congresso Nacional, aos defensores públicos ou aos delegados da Polícia Federal. “Não se cuidando, portanto, de discricionariedade conferida ao constituinte estadual, é incompatível com a Carta de 1988 a extensão do foro por prerrogativa de função, cuja previsão é excepcional, a autoridades não albergadas pela disciplina federal”, concluiu.

Modulação de efeitos

Em razão da segurança jurídica e do fato de as normas terem produzido efeitos por anos, os efeitos da decisão foram modulados, e a declaração de inconstitucionalidade terá efeitos a contar da decisão, resguardando a validade jurídica de situações consolidadas e as decisões definitivas.

As informações são do STF

Além da intervenção na empresa Servi Porto, governo comunista se apossou de hospital privado

O senador Roberto Rocha (PTB-MA) revelou no Senado Federal, além da intervenção feita à empresa marítima Servi Porto, que faz a travessia de pessoas e carros da Ponta da Madeira ao Cujupe e vice versa, o governo comunista se apropriou do Hospital HCI, que virou unidade só para tratar no combate ao Covid, deixando 87 médicos sócios sem eira e nem beira.

Além disso, nunca honrou os débitos contraídos pelos sócios junto aos bancos, O caso já foi levado para a Justiça, que tem demorado julgar. Foi mais um abacaxi que caiu no colo do atual governador Carlos Brandão.

Othelino prestigia diplomação da desembargadora Sônia Amaral no TJMA

Publicado em maio 18, 2022 por Paulo Roberto
6

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta quarta-feira (18), da sessão solene de diplomação da desembargadora Sônia Amaral, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Na cerimônia, o parlamentar parabenizou a magistrada e destacou a importância do momento para a Corte de Justiça.

“Momento importante em que Sônia Amaral chega ao ápice de sua carreira na magistratura, função que, certamente, desempenhará com a mesma eficiência de seu trabalho como juíza. Fico feliz em ver mais uma mulher chegando ao cargo de desembargadora, posto tão importante para o Judiciário”, disse Othelino.

Na ocasião, Sônia Amaral foi condecorada com a Medalha Cândido Mendes, comenda máxima da Corte maranhense.

Segundo a magistrada, chegar ao cargo de desembargadora é o coroamento da sua carreira. “O juiz, quando ingressa na magistratura, evidentemente, não imagina que no momento seguinte estará no Tribunal, mas constrói sua carreira pensando nesse dia para acrescentar aos seus pares, também, o seu ponto de vista jurídico, assim como os outros saberes necessários para julgar”, ressaltou.

A cerimônia de diplomação, conduzida pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, contou com as presenças do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão, Eduardo Heluy; do procurador-geral do Município, Bruno Duailibe, entre outras autoridades.

“A chegada de Sônia Amaral ao Tribunal é muito esperada pelos bons serviços prestados à Justiça maranhense. Ela é uma magistrada de formação sólida e, sobretudo nesse momento, em pleno século XXI, em que o país sofre tanto com essa chaga que é a violência doméstica, a diplomação de Sonia como desembargadora é carregada de simbolismo, porque ela sempre trabalhou com essa pauta. Tenho certeza de que vai melhorar o nosso trabalho”, disse Velten.

Biografia

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro iniciou sua carreira na magistratura em 1989. Foi juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, nos períodos de 1998/1999, 2004/2005 e 2008/2009; coordenadora da Casa Abrigo de São Luís (1999/2001); coordenadora-geral dos Juizados Especiais do Estado (2000 e 2004); presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em 2000; presidente da AMMA (2001/2002) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (2002/2004).

Entre outras funções, atuou como titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís (exercício iniciado em 2006) e como juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foi ainda presidente da Cooperativa de Crédito da Magistratura, do Ministério Público, dos Defensores Públicos e Procuradores do Estado.

TJMA realiza sessão solene de diplomação da desembargadora Sônia Amaral

POR PORTAL DO MUNIM · 18/05/2022

Desembargadora Sônia Amaral.

MARANHÃO – O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza Sessão Solene de Diplomação da desembargadora Sônia Amaral, nesta quarta-feira (18/5), às 10h, na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Bevilácqua, Avenida D. Pedro II, Centro.

A diplomação será feita pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Paulo Velten. Na ocasião, a desembargadora Sônia Amaral receberá a Medalha Cândido Mendes.

No dia 27 de abril de 2022, Sônia Amaral tomou posse como desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Perfil

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro iniciou sua carreira na magistratura em 1989. Foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça nos períodos de 1998/1999, 2004/2005 e 2008/2009; coordenadora da Casa Abrigo de São Luís/MA (1999/2001); coordenadora geral dos Juizados Especiais do Estado (2000 e 2004); presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em 2000; presidente eleita da AMMA (2001/2002) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (2002/2004).

Atuou como titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís (exercício iniciado em 2006); como presidente da Cooperativa de Crédito da Magistratura, do Ministério Público, dos Defensores Públicos e Procuradores do Estado, no Maranhão; juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, juíza coordenadora do Planejamento Estratégico do TJMA e, foi titular da 10ª Vara Cível da Comarca de São Luís/MA. Veja o perfil completo AQUI.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
18/05/2022 - PORTAL DO MUNIM
POSITIVA
Governador Brandão vai fazer cirurgia simples e de rápida recuperação, não deve se licenciar do cargo

Governador Brandão vai fazer cirurgia simples e de rápida recuperação, não deve se licenciar do cargo

MARANHÃO – O governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), anunciou que precisará se submeter a uma pequena cirugia, onde irá retirar um cisto. Brandão destacou que, juntamente com seu médico, decidiram por fazer o procedimento cirúrgico logo.

“De fato, farei uma pequena cirurgia, fruto de uma recomendação médica. Há anos faço check-up com a mesma equipe e há uns 15 dias, em um exame de rotina, foi diagnosticada a presença de um cisto. Havia a possibilidade de realizar a cirurgia futuramente, mas decidi fazer logo”, afirmou.

O governador assegurou que será um procedimento simples e que a gestão continuará a todo vapor. Brandão aproveitou para pedir orações e boas vibrações.

“O procedimento, que é simples, será realizado em breve. Nossa gestão continua a todo vapor e seguirei acompanhando todos os compromissos, pois a recuperação será tranquila, graças a Deus. Conto com as orações e boas vibrações de todos. Um forte abraço e até breve!”, finalizou.

Por ser uma cirurgia simples e de rápida recuperação, Brandão não deve se licenciar do cargo e irá despachar do hospital.

Vale lembrar que se Brandão precisasse tirar licença, muito provavelmente, quem assumiria o cargo seria o presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Velten, pois se o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), assumisse o cargo de governador temporariamente, correria o risco de não poder mais disputar a reeleição para o parlamento estadual, apenas poderia disputar o Palácio dos Leões.

Plenário aprova mais 14 iniciativas para Portal de Boas Práticas do Judiciário

17 de maio de 2022
Plenário aprova mais 14 iniciativas para Portal de Boas Práticas do JudiciárioArte: TJRO
Compartilhe
O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, durante a 350ª Sessão Ordinária realizada na última terça-feira (10/5), 14 iniciativas dos tribunais para serem incluídas no Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário. Quatro delas vão concorrer a prêmios neste ano.

No eixo temático Acesso à Justiça, são duas, que vão concorrer na 19ª edição do Prêmio Innovare, na categoria CNJ/Inovação e Acesso à Justiça. O Fórum Digital, do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), cria alternativas para que as pessoas que moram fora das sedes das comarcas não precisem se deslocar até lá. Basta acessarem os serviços judiciários em computadores instalados em salas implantadas nessas cidades. Já o App TJSE, do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), pode ser usado no iOS e Android e disponibiliza em um único local todos os serviços digitais disponíveis para a advocacia e a população em geral.

As demais categorias do Prêmio Innovare – Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania – estão atualmente em fase de visitas pelas equipes de consultoria do Innovare e do Datafolha. As finalistas nestas categorias só serão reveladas após a avaliação da Comissão Julgadora, prevista para outubro.

Em Sustentabilidade e Meio Ambiente, nove práticas foram aprovadas. O Cejusc Ambiental, instalado desde 2015 no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), e o Visão Plena, que gera insumos estratégicos para uma tomada de decisão mais qualificada pela magistratura do TJRO, estão concorrendo no Prêmio Juízo Verde, promovido pelo CNJ.

As demais incluídas neste eixo no Portal de Boas Práticas foram Inteiro pelo Meio, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23); Usina Solar Fotovoltaica no Ceará, do Tribunal Regional Federal da 5º Região (TRF5); Campanha Eleições Sustentáveis, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG); MobiTST, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Compostagem com Borra de Café, também do TST; Judiciário na Escola, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); e Satisfação do Usuário Web, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

O projeto Sala da Criança, local apropriado para acolher crianças e adolescentes até 12 anos com atividades enquanto pais e responsáveis utilizam serviços judiciários do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), foi incluído no eixo Infância e Juventude. E, em Justiça e Cidadania, foram aprovadas duas práticas do TJSE: Escolas no Fórum, que são oficinas com alunos do ensino médio para incentivara conciliação e mediação, e Meu Dinheiro Tem Valor, de educação financeira.

Ações bem-sucedidas

O Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário é uma plataforma criada pelo Conselho para receber, avaliar,

divulgar e compartilhar a adoção de iniciativas exitosas realizadas por conselhos e tribunais da Justiça. A ferramenta cria um ambiente virtual tanto para submissão das práticas à análise quanto para a sua divulgação.

O processo de seleção tem início com o cadastramento da proposta em formulário eletrônico contido no próprio Portal. As propostas podem ser apresentadas por profissionais do Poder Judiciário que tenham cadastro no Sistema Corporativo do CNJ. O acesso é dado pelos administradores regionais de cada tribunal e também pelo Departamento de Gestão Estratégica do CNJ.

Na sequência, a prática passa por uma análise detalhada, conforme os critérios de admissão estabelecidos na Portaria CNJ n. 140/2019. Um dos requisitos básicos é a pertinência aos eixos temáticos divulgados. Atualmente são 18 eixos temáticos, que vão de combate ao assédio, auditoria, sistema carcerário, acesso à Justiça, passando por meio ambiente e desburocratização entre outros, que ajam simplificando, melhorando, modernizando a prestação dos serviços judiciários e jurisdicionais.

A inclusão no Portal é aprovada pelo Plenário do Conselho e é um reconhecimento das iniciativas implementadas pelos órgãos do Judiciário. E ainda facilita o compartilhamento das melhores práticas e ações que contribuem com o aprimoramento do Poder Judiciário.

Agência CNJ de Notícias

Em Balsas, Equatorial é condenada a indenizar clínica por cobrança indevida de energia

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Balsas, que condenou a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia a pagar R$ 3 mil, a título de danos morais; o mesmo valor, por danos materiais; e a devolução em dobro no valor de R$ 27.246,80 a uma clínica médica. A condenação tem por base o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O entendimento unânime do órgão colegiado do TJMA, em julgamento de apelação cível movida pela concessionária de energia elétrica, considerou indevido a cobrança do fornecimento de energia elétrica, entre setembro de 2016 e abril de 2017, resultando na ilegalidade da cobrança.

Relatório – Na Ação de Repetição de Indébito, combinada com Indenização por Danos Morais, proposta pelo Instituto de Oftalmologia de Balsas (IOB), a clínica argumentou que, em 19 de junho de 2016, solicitou à concessionária uma nova ligação de energia, em razão da instalação de placa solar.

Ao receber o segundo faturamento da conta de energia, percebeu que o equipamento (medidor) instalado pela empresa não estava computando a microgeração de energia.

Após constatação do erro, dirigiu-se até a empresa apelante que, durante oito meses, entre setembro de 2016 e abril de 2017, não solucionou o problema, ou seja, a troca do equipamento que permitisse o correto faturamento da microgeração de energia solar. Argumentou que tentou, de todas formas, solucionar o caso administrativamente, não tendo êxito, razão pela qual ingressou com a ação judicial.

O magistrado de 1º grau julgou procedentes os pedidos da autora da ação, nos termos relatados.

Inconformada, a empresa de energia recorreu ao TJMA, argumentando que a cobrança é legitima, em decorrência de regularidade no sistema de medição, inexistência de danos materiais e impossibilidade de pagamento em dobro, bem como a redução dos honorários para R$ 1 mil. Sustentou, ainda, a inexistência de danos morais a indenizar.

Votos – De acordo com o relator, desembargador José de Ribamar Castro, a controvérsia consistia em verificar se era legítimo o valor cobrado pela apelante, referente ao consumo de energia por falha no equipamento para medição de microgeração de energia solar, instalado nas dependências da apelada pela Equatorial.

O relator entendeu que cabia à concessionária de energia elétrica a incumbência de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito em relação à suposta ilegalidade no procedimento questionado pelo apelado. Contudo, disse que a empresa não apresentou prova capaz de afastar, de forma inequívoca, as alegações da parte autora.

José de Ribamar Castro verificou, na documentação constante nos autos, que a clínica demonstrou, com êxito, o faturamento indevido do fornecimento de energia elétrica entre setembro de 2016 e abril de 2017, cujo

reestabelecimento se deu apenas com a troca do medidor, em maio de 2017.

O desembargador considerou razoável o valor arbitrado a título de indenização por dano moral, fundado em precedentes jurisprudenciais. Quanto à devolução em dobro, entendeu como inegável que a devolução dos valores cobrados indevidamente pelo apelante, deve ser, conforme norma do Código de Defesa do Consumidor, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso – R$ 13.623,40 – acrescido de correção monetária e juros legais, não sendo caso de erro justificável.

Por fim, quanto ao dano material, também destacou como devido, por entender que a empresa apelada, no intuito de solucionar o problema sofrido, contratou serviços de outra empresa, para checagem em sua instalação, bem como na intermediação junto à empresa apelante, na resolução do problema apresentado.

Os desembargadores Raimundo Barros e Raimundo Bogéa também negaram provimento ao apelo da Equatorial.

OAB de Balsas participa da abertura da Conciliação Itinerante 2022

Publicada em 17/05/2022 às 19h03

Nesta segunda-feira, 16, a OAB Subseção Balsas participou da Solenidade de Abertura Oficial da 4ª edição de 2022 da Conciliação Itinerante promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão no Fórum da Comarca de Balsas, que teve o intuito de promover a solução de questões processuais e pré-processuais jurídicas, com maior efetividade e celeridade na resolução das demandas.

Na ocasião, a presidente da Subseção de Balsas, Helcrisia Sousa, ressaltou a importância da cooperação institucional e do diálogo permanente dos órgãos de Justiça.
“Parabenizo o Tribunal por essa iniciativa que enobrece a advocacia, sendo primordial nesse processo conciliatório, já que é quem primeiro tem contato com a parte, estabelecendo uma relação de confiança”, ressaltou Helcrisia Sousa.

Durante o evento, a presidente da Subseção balsense fez um apelo, de forma pública, ao presidente do TJMA pela necessidade premente de criação e instalação de uma unidade jurisdicional especializada e exclusiva para assuntos agrários na Comarca de Balsas - MA.

Participaram do evento a presidente da OAB subseção Bacabal, Helcrisia Sousa; o presidente do TJMA, Des. Paulo Velten; o presidente do Núcleo de Conciliação, Des. José Gonçalo; o coordenador do núcleo de conciliação e juiz, Marcelo Oka; os magistrados da Comarca de Balsas Douglas Lima, Aurimar Arrais, Tonny Luz, Rafael Leite; o magistrado de Alto Parnaíba, Carlos Jean Saldanha; o defensor público de Balsas, Alberto Pessoa Bastos, e promotores de Justiça; o prefeito de Balsas, Erik Augusto; servidores do Tribunal de Justiça e vários jurisdicionados.

Flávio Dino aluga hospital HCI, não paga o aluguel e depois toma dos proprietários

O caso teria acontecido em agosto de 2020, período da pandemia do novo coronavírus, segundo denúncia no Senado
Foto de João Filho João Filho

No Maranhão durante o governo Flávio Dino, ações truculentas foram tomadas como se o governador maranhense fosse uma espécie de Nicolás Maduro, atual presidente da Venezuela. Desde que assumiu o comando do Palácio dos Leões em janeiro de 2015, Flávio Dino tomou milhares de motos e carros de pobres, perseguiu prefeitos opositores, e passou a tomar empresas privadas de seus donos e colocar em poder do Estado, como se o Maranhão fosse a nova Cuba ou Correia do Norte brasileira. A justiça até hoje não deu um pio sobre esse tipo de crime cometido por Flávio Dino, que através de decretos fez intervenção em empresas privadas. Mesmo com a redução dos casos de Covid-19, já que essa era a desculpa do comunista, em novembro de 2021, Flávio Dino assinou nova portaria para manter o HCI em poder do Estado.

Após alugar e não pagar o aluguel, desrespeitando cláusulas do contrato, Flávio Dino simplesmente baixou um decreto de intervenção e teria tomado o Hospital das Clínicas Integradas (HCI), que foi construído por dezenas de sócios através de empréstimos bancários. Segundo denúncia feita pelo senador Roberto Rocha, na tribuna do Senado, Flávio Dino teria agido como ditador e seque se importou com os médicos, que são os verdadeiros donos do HCI. A intervenção teria acontecido em agosto de 2020, período da Pandemia de Covid-19. Com isso, o Banco que fez o empréstimo para construção do prédio, já judicializou e os sócios do HCI passam por problemas financeiros, com dívidas e juros em cima de juros.

Assim como fez com os donos do HCI, e a justiça ficou calada, o agora ex-governador, também através de decreto, tomou as embarcações da empresa Servi Porto, que opera a travessia da Ponta da Espera, em São Luís ao porto de Cujupe, em Alcântara. Após a intervenção, o Estado mostrou mais uma vez incompetência e hoje o transporte está um caos, nem ferry boat circulando tem mais.

Como prêmio, Flávio Dino quer, uma cadeira no Senado. Ou o maranhense acorda para Jesus ou vai tomar mais chicotadas de quem pouco se importa com o povo.

Poder Judiciário leva serviços à população durante a 18ª edição do AgroBalsas

Tribunal de Justiça montou estande no evento e ainda realiza na cidade mais uma edição da Conciliação Itinerante.
Imirante.com

18/05/2022 às 09h00
Estande montado pelo Poder Judiciário maranhense no Agrobalsas oferece serviços diversos à população
Estande montado pelo Poder Judiciário maranhense no Agrobalsas oferece serviços diversos à população (Divulgação)
BALSAS - O Poder Judiciário maranhense intensifica esta semana sua presença na cidade de Balsas com ações de interesse da coletividade, com atendimentos em estande montado no AgroBalsas, na Fazenda Sol Nascente, e ainda na 4ª edição de 2022 da Conciliação Itinerante, evento que acontece no Fórum Desembargador Esmaragdo de Sousa e Silva, das 8h às 18h, até o dia 20 de maio.

No estande do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no Agrobalsas, com funcionamento das 17h às 21h, a população terá direito à consulta processual, pedidos de informação, cadastro de audiências de conciliação e orientações em geral.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, destaca a importância da participação do Judiciário no AgroBalsas. “O Poder Judiciário não poderia deixar de participar do maior evento de agronegócios do Maranhão. Afinal, nosso intuito é aproximar cada vez mais a Justiça da população”, frisou o desembargador, destacando a relevância das parcerias institucionais em benefício da sociedade.

Na programação desta quarta-feira (18), às 17h, o Tribunal de Justiça também irá realizar casamentos comunitários, no local. Oito juízes irão celebrar os casamentos: Marcelo Oka (coordenador do Nupemec/TJMA); juízes da comarca de Balsas: Douglas Lima (diretor do Fórum), Aurimar Arrais, Tonny Luz, Rafael Leite e Carlos Jean (titular de Alto Parnaíba, respondendo pelo Juizado de Balsas); Haniel Rodrigues (São Raimundo das Mangabeiras) e Francisco Simões (Riachão).

Logo depois, às 19h, haverá panfletagem da Campanha Bela Infância, promovida pela Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Balsas (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e demais instituições de segurança e assistência social).

Empresa Amiga da Justiça

Durante o evento, as empresas também serão incentivadas a aderirem ao programa de reconhecimento "Empresa Amiga da Justiça". A participação tem inscrição voluntária, por meio da subscrição de um Termo de Compromisso Público firmado entre o TJMA e a empresa.

O “Selo de Reconhecimento Empresa Amiga da Justiça no Maranhão” é um certificado concedido nas categorias

Diamante, Ouro, Prata e Bronze, por meio de pontuações com base em critérios que envolvem a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos.

Conciliação Itinerante

A 4ª edição de 2022 da Conciliação Itinerante teve início na segunda-feira (16), com a presença do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten; dirigentes do Nupemec/TJMA; representantes de instituições parceiras; servidores e servidoras da Justiça; e a população em geral.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), com o intuito de facilitar o acesso da população à Justiça e resolver conflitos de forma rápida, efetiva e gratuita.

Ângela Salazar toma posse na presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão nesta quinta-feira

por Aquiles Emir -18 de maio de 2022089
Compartilhar no Facebook Tweet no Twitter

Corregedor será o desembargador José de Almeida
Nesta quinta-feira (19), em solenidade marcada para às 16h, a desembargadora Ângela Salazar e o desembargador José Luiz Oliveira de Almeida tomam posse como presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão(TRE-MA). Na mesma solenidade, despede-se o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que tomou posse como membro efetivo em 19 de maio de 2020 e presidiu a Corte desde 1º de março de 2021.

A nova mesa diretora do TRE-MA comandará, no estado, as eleições para deputados (estaduais e federais), senador, governador e presidente da República.

Angela Maria Moraes Salazar nasceu em São Luís Gonzaga do Maranhão no dia 26/11/57, filha de Benedito Salazar e de Maria da Conceição Moraes Salazar.

Bacharelou-se em Direito pela UFMA (1980) e 3 anos depois concluiu o curso de Serviço Social, também pela UFMA. Tem MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas e em Ciências Criminais pelo Uniceuma.

Exerceu a atividade de delegada de polícia entre 1982 e 1983, quando foi aprovada no concurso para promotora de justiça, cargo que ocupou até 1986. No mesmo ano foi nomeada juíza de direito, tomando posse como titular da comarca de Vitória do Mearim. Atuou na comarca de Barra do Corda (1991-1992) e participou da implantação da comarca de Açailândia, tornando-se a primeira juíza e diretora do Fórum, em 1992. No ano seguinte obteve remoção para a comarca de Pedreiras.

Foi promovida à comarca de São Luís em 1996 como juíza auxiliar da 1ª Vara da Infância e da Juventude, acumulando também a mesma atribuição na 2ª Vara de mesma especialização. Trabalhou ainda no 1º Juizado Criminal da capital e foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça por dois biênios, de 2002 a 2005. Implantou, em dezembro de 2005, a 11ª Vara Criminal de São Luís, com competência para processar e julgar crimes contra crianças e adolescentes.

Foi coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do TJMA em 2006 e 2007, e retornou para a 11ª Vara Criminal, onde permaneceu até novembro de 2008, quando obteve remoção para a 5ª Vara da Família. Teve acesso ao cargo de desembargadora pelo critério de merecimento, empossada em 16/10/13, com destaque atual nas áreas da infância e juventude e direitos humanos das mulheres.

Em março de 2014 assumiu o cargo de presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER), onde permaneceu até março de 2020.

Por aclamação, assumiu em 1º de março de 2021 a vice-presidência e corregedoria regional eleitoral maranhense.

Em 23 de março de 2022 recebeu o Prêmio Bertha Lutz, concedido pelo Senado Federal, como reconhecimento pela relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Maranhão.

José Luiz Oliveira de Almeida é natural de Vitorino Freire, casado com Ana Rita e pai de dois filhos. Formou-se em Direito pela UFMA em 1977. Iniciou a carreira em novembro de 1986, então nomeado juiz-substituto e titularizado depois na comarca de Presidente Dutra.

Em seguida, foi promovido, por merecimento, para as comarcas de Colinas, em março de 1990; Imperatriz, em junho do mesmo ano; e para o cargo de juiz auxiliar de São Luís, em fevereiro de 1992, tendo sido titularizado na 7ª Vara Criminal, onde atuou por 18 anos.

Foi também juiz eleitoral das 10ª e 76ª zonas da capital, além de promotor eleitoral com atuações nos municípios de São João dos Patos e Cururupu.

Também lecionou as disciplinas Direito Penal e Direito Processual Penal na UFMA (tanto capital como Imperatriz) e na ESMAM. Possui ainda inúmeras publicações em diversos sites e jornais no Brasil e mantém um blog na internet, cujo endereço é: http://joseluizalmeida.com

Ao diplomar desembargadora Sônia Amaral, presidente do TJMA, Paulo Velten, critica ataques ao Judiciário nestes tempos bicudos

Desembargadora é agraciada com medalha Cândido Mendes

Em sessão solene, nesta quarta-feira (18), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, fez a entrega do diploma e da medalha especial de mérito do Judiciário "Cândido Mendes" à desembargadora Sônia Amaral, que foi empossada dia 27 de abril. Em seu discurso, o presidente do TJMA fez contundente defesa das instituições "nestes tempos bicudos".

A comenda é uma reverência ao jurista maranhense que ganhou notoriedade nacional pelos estudos jurídicos e pelas ações em defesa das fronteiras do país.

Em seu discurso, a magistrada citou versos do poema "Traduzir-se", do poeta maranhense Ferreira Gullar, que "dizem muito do que sou, do que penso e de como encaro a minha participação neste mundo. Nós seres humanos somos imperfeitos e por conta dessa imperfeição, somos muitas vezes antagônicos, contraditórios, ambíguos. É a partir dessa contradição, que crescemos para formar o conjunto de nós mesmos e a aceitação dos contrários", disse a desembargadora.

No poema, Gullar diz que "uma parte de mim é todo mundo, outra parte ninguém, mundo sem fundo. Uma parte de mim pesa e pondera, outra parte delira..."

Ao falar dos antagonismos descritos no poema de Ferreira Gullar, a desembargadora discorreu sobre o exercício da magistratura no âmbito do Segundo Grau.

"Trabalhar em um colegiado significa muitas vezes a aceitação dos contrários, de entendimentos opostos ou díspares àqueles advogados por nós mesmos. Significa que a melhor decisão deve levar em conta olhares e saberes que por vezes passam despercebidos do nosso campo de visão", argumentou.

Sônia Amaral criticou decisões proferidas sob a égide da justiça social, para atender a interesses individuais, sem levar em conta as consequências para a sociedade.

"Seja pela missão que nos foi posta pela Constituição, seja pelas balizas da Lei, não podemos subjetivar em excesso as nossas normas e adentrar no papel dos demais poderes sob a justificativa bem intencionada de que se deve atender à Justiça Social nas decisões", frisou.

Sônia Amaral com os também desembargadores Jamil Gedeon (E) e Lourival Serejo (Ribamar Pinheiro/TJMA/divulgação)

Tempos bicudos – O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, afirmou que "nesses tempos bicudos de ataques coordenados a instituições e de polarização do debate público, a chegada de Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, doravante Sônia Amaral, representa um refrigério, um bálsamo, uma esperança de dias melhores para a nossa Corte e para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão".

Em sua fala, o presidente destacou a trajetória na magistratura maranhense e competências acadêmicas.

“A sólida formação profissional e acadêmica da desembargadora Sônia Amaral, aliada a sua personalidade e visão de mundo, torna sua chegada à Corte um autêntico ato de merecimento, embora tenha vindo pelo critério de antiguidade, motivo para muita comemoração e um estímulo adicional para abandonarmos a lógica individualista da polarização do debate público e buscarmos consensos mínimos entre pessoas que, embora pensando diferente, possuem e dividem as mesmas preocupações e objetivos ”, declarou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
18/05/2022 - SITE MARANHÃO HOJE
POSITIVA
Grande nomes do Direito debatem a segurança jurídica nas empresas nesta quarta-feira na ACM

Grande nomes do Direito debatem a segurança jurídica nas empresas nesta quarta-feira na ACM

por Aquiles Emir -17 de maio de 2022

Presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Velten, é um dos palestrantes no evento da Associação Comercial do Maranhão
Evento é aberto para a comunidade e começa às 19h
Grandes nomes do meio jurídico participam nesta quarta-feira (18) do painel "Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios", evento promovido pela Associação Comercial do Maranhão (ACM), em parceria com a OAB-MA e a Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (Caama). O painel "Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios" será realizado, às 19h, na sede da ACM, no Palácio do Comércio, Praça Benedito Leite, Centro.

A entidade empresarial receberá um grande time de especialistas, são eles: o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Paulo Velten; o presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva; Jean Cioffi, Mestre Internacional em Direito de Contratos, Especialista em Arbitragem Internacional e Direito Tributário), Hugo Moreira Sauaia, Doutor em Direito e Mestre em Direito Constitucional e Ulisses Sousa, vice-presidente da ACM para Assuntos Tributários e sócio do escritório Ulisses Sousa Advogados Associados.

O evento é aberto ao público e foi idealizado para ser um espaço de discussão entre os empresários maranhenses para que eles possam conduzir com eficiência os seus negócios, de forma que consigam identificar os riscos que podem estar sujeitos diariamente, já que o desenvolvimento econômico das empresas, independentemente de segmento ou porte, são inviáveis sem segurança jurídica.

Conhecimento – Para o presidente da ACM, Cristiano Barroso Fernandes, quanto maior for o conhecimento sobre o assunto, mais atitudes preventivas que favorecem a segurança jurídica empresarial poderão ser tomadas.

Cristiano Fernandes pede uma maior aproximação da classe empresarial da sociedade e do poder público (Francisco Diniz/ACM/Divulgação)
"Diante de um cenário ainda de incertezas e trabalhando muito para ter equilíbrio financeiro, pensamos esse painel como forma de compreender a importância da Segurança Jurídica no ambiente de negócios, como forma de mitigar impactos, que podem sim ser previstos e são fundamentais para direcionar as decisões das empresas quanto a investimentos, por exemplo. No painel teremos uma palestra com um especialista no assunto, o Jean Cioffi, que vem diretamente de São Paulo para o nosso evento", explicou o presidente da ACM.

Importância – A ACM destaca sobre a importância do evento, que contará com um grande time de debatedores e será mediado por Ulisses Sousa, diretor da ACM e sócio de um dos mais renomados escritórios de advocacia do Maranhão.

Para a entidade é possível identificar que um dos grandes entraves para a expansão de muitos negócios e atração de investimentos estrangeiros para o país ainda se dá por insegurança jurídica, pela falta de clareza sobre direitos e deveres, as crescentes alterações nas legislações e nos marcos regulatórios, o conflito entre os

poderes e as muitas normas com redação confusa ou imprecisas que geram interpretações divergentes, fatos que comprometem a segurança jurídica das organizações.

O painel “Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios” será realizado na próxima quarta-feira (18), às 19h, na sede da ACM, no Palácio do Comércio, Praça Benedito Leite, Centro. O evento é destinado aos associados ou não da entidade, advogados, lideranças empresariais e todas as pessoas interessadas no assunto.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
18/05/2022 - SITE O GLOBO ONLINE
NEUTRA
STF acaba com foro privilegiado de delegados do Rio e autoridades de outros dois estados

STF acaba com foro privilegiado de delegados do Rio e autoridades de outros dois estados

PGR havia apresentado ações questionando trechos das Constituições do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Maranhão

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou trechos das constituições de três estados que ampliavam a lista de autoridades com foro privilegiado nos Tribunais de Justiça (TJs) locais. Uma delas beneficiava os delegados de polícia, os integrantes da Defensoria Pública, os procuradores do estado, e os procuradores da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Outra ação questionava o foro privilegiado dado aos integrantes da Defensoria e aos procuradores do estado de Mato Grosso do Sul. A terceira ação diz respeito ao foro dado ao defensor público-geral do Maranhão.

Com o resultado do julgamento, processos criminais relacionados a essas pessoas serão julgados na primeira instância. Casos antigos que foram analisados nos TJs, que compõem a segunda instância, não serão anulados.

O julgamento foi no plenário virtual, em que os ministros votam pelo sistema eletrônico da Corte, sem a necessidade de se reunirem. Todas as ações foram apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O relator foi o ministro Nunes Marques. Ele argumentou que as Cortes estaduais não podem criar indiscriminadamente novas hipóteses de foro privilegiado a não ser aquelas que já estão na Constituição Federal.

O relator destacou que, na esfera federal, não há foro a cargos equivalentes àqueles contemplados pelas constituições do Rio, Mato Grosso do Sul e Maranhão. Advogados da União, advogados do Senado e da Câmara, defensores públicos federais e delegados da Polícia Federal não têm foro privilegiado.

"Não se cuidando, portanto, de discricionariedade conferida ao constituinte estadual, é incompatível com a Carta de 1988 a extensão do foro por prerrogativa de função, cuja previsão é excepcional, a autoridades não albergadas pela disciplina federal", diz trecho do voto de Nunes Marques.

SÃO LUÍS – Decisão baseada em Ação do MPMA é confirmada pelo TJMA

Uma Ação proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), em 2017, que resultou na condenação da Prefeitura de São Luís para realocar as pessoas que ocupam uma área de preservação permanente às margens do Rio Paciência, no bairro do São Cristóvão, teve a sentença confirmada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), no último dia 12.

A 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís recebeu uma representação, em 2014, noticiando a poluição do “Baixão do Paciência”, área localizada entre a Avenida II, Ruas Epitácio Cafeteira, São Jorge, Santo Antônio e adjacentes.

Várias tentativas de solução extrajudicial foram feitas, por meio de contatos com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular. O Ministério Público também realizou vistoria no local, cujo parecer apontou a necessidade de obras de infraestrutura na região. De acordo com a Semosp, tais intervenções só poderiam acontecer com a desocupação da localidade, o que nunca aconteceu.

“Pelo modo como o Município de São Luís está tratando o caso, a intervenção na área para recuperação dos danos ambientais é um ato que o ente municipal espontaneamente não concretizará, razão pela qual revela-se necessária a imputação de sua responsabilidade pelo resultado do ato ilegal praticado, eis que se manteve na posição de inércia quando possuía o dever legal de impedir a ocupação de área de preservação permanente, eis que também se trata de área de risco, além da obrigação de implementar medidas de saneamento”, avaliou, na Ação, o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Os pedidos feitos pelo Ministério Público foram deferidos pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em dezembro de 2020. A Prefeitura de São Luís ingressou com uma apelação, que não foi acolhida pela 2ª Câmara Cível do TJMA.

Relatou o processo o desembargador Antonio Guerreiro Junior. Votaram de forma unânime as desembargadoras Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e Nelma Celeste Souza Silva Sarney. Pela Procuradoria Geral de Justiça atuou o procurador Raimundo Nonato de Carvalho Filho.

Tribunal realiza sessão solene de diplomação da desembargadora Sônia Amaral

18 de maio de 2022 omaranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza Sessão Solene de Diplomação da desembargadora Sônia Amaral, nesta quarta-feira (18/5), às 10h, na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Bevilácqua, Avenida D. Pedro II, Centro.

A diplomação será feita pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Paulo Velten. Na ocasião, a desembargadora Sônia Amaral receberá a Medalha Cândido Mendes.

No dia 27 de abril de 2022, Sônia Amaral tomou posse como desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

PERFIL

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro iniciou sua carreira na magistratura em 1989. Foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça nos períodos de 1998/1999, 2004/2005 e 2008/2009; coordenadora da Casa Abrigo de São Luís/MA (1999/2001); coordenadora geral dos Juizados Especiais do Estado (2000 e 2004); presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em 2000; presidente eleita da AMMA (2001/2002) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (2002/2004).

Atuou como titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís (exercício iniciado em 2006); como presidente da Cooperativa de Crédito da Magistratura, do Ministério Público, dos Defensores Públicos e Procuradores do Estado, no Maranhão; juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, juíza coordenadora do Planejamento Estratégico do TJMA e, foi titular da 10ª Vara Cível da Comarca de São Luís/MA. Veja o perfil completo AQUI.

MEDALHA CÂNDIDO MENDES

A Medalha Cândido Mendes – idealizada pelo decano da Corte de Justiça Maranhense, desembargador Bayma Araújo – é uma reverência ao jurista maranhense Cândido Mendes, que ganhou notoriedade nacional pelos estudos jurídicos e pelas ações em defesa das fronteiras do país.

A comenda máxima do Poder Judiciário do Maranhão foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, e reverencia autoridades que se destacam no cenário estadual e nacional, incluindo desembargadores, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, governadores, ministros de tribunais superiores, ministros de Estado, senadores e presidentes da República.

Judiciário participa da 18ª edição do AgroBalsas

18 de maio de 2022 omaranhense

O Poder Judiciário maranhense participa da 18ª edição do AgroBalsas, que este ano tem como tema "Conectividade Cerrado, o grande celeiro". A abertura oficial do evento aconteceu às 19h dessa segunda-feira (16), na Fazenda Sol Nascente, com uma vasta programação e dispositivos com autoridades.

A iniciativa reúne em Balsas, no Sul do Estado – até o dia 20 de maio – instituições, empresários (as), estudantes, varejistas, produtores(as) rurais, prestadores (as) de serviços, em torno do agronegócios.

A feira é promovida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (Fapcen) em parceria com diversas instituições.

SERVIÇOS

No stand do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com funcionamento das 8h às 18h, a população terá direito à consulta processual, pedidos de informação, cadastro de audiências de conciliação e orientações em geral.

Os serviços são oferecidos ao público por servidores e servidoras do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho, e coordenado pelo juiz Marcelo Oka; além de equipe do Fórum de Balsas, dirigido pelo juiz Douglas Lima da Guia.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, destaca a importância da participação do Judiciário no AgroBalsas. "O Poder Judiciário não poderia deixar de participar do maior evento de agronegócios do Maranhão. Afinal, nosso intuito é aproximar cada vez mais a Justiça da população", frisou o desembargador, destacando a relevância das parcerias institucionais em benefício da sociedade.

Durante a programação, no dia 18 de maio, às 17h, o Tribunal de Justiça também irá realizar casamentos comunitários, no local. Oito juízes irão celebrar os casamentos: Marcelo Oka (coordenador do Nupemec/TJMA); juízes da comarca de Balsas: Douglas Lima (diretor do Fórum), Aurimar Arrais, Tonny Luz, Rafael Leite e Carlos Jean (titular de Alto Parnaíba, respondendo pelo Juizado de Balsas); Haniel Rodrigues (São Raimundo das Mangabeiras) e Francisco Simões (Riachão).

No mesmo dia (18), às 19h, haverá panfletagem da Campanha Bela Infância, promovida pela Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Balsas (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e demais instituições de segurança e assistência social).

RECONHECIMENTO

Durante o evento, as empresas também serão incentivadas a aderirem ao programa de reconhecimento "Empresa Amiga da Justiça". A participação tem inscrição voluntária, por meio da subscrição de um Termo de

Compromisso Público firmado entre o TJMA e a empresa.

O “Selo de Reconhecimento Empresa Amiga da Justiça no Maranhão” é um certificado concedido nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze, por meio de pontuações com base em critérios que envolvem a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos.

CONCILIAÇÃO ITINERANTE

Durante esta semana, também está sendo realizada, em Balsas, a 4ª edição de 2022 da Conciliação Itinerante. O evento acontece no Fórum Desembargador Esmaragdo de Sousa e Silva (Rua Dr. Jamildo, nº 404, Potosi), das 8h às 18h, até o dia 20 de maio.

A abertura oficial aconteceu nessa segunda (16), com a presença do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten; dirigentes do Nupemec/TJMA; representantes de instituições parceiras; servidores e servidoras da Justiça; e a população em geral.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), com o intuito de facilitar o acesso da população à Justiça e resolver conflitos de forma rápida, efetiva e gratuita.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

OAB SUBSEÇÃO BALSAS PARTICIPA DA SOLENIDADE DE ABERTURA DA CONCILIAÇÃO ITINERANTE 2022

Nesta segunda-feira, 16, a OAB Subseção Balsas participou da Solenidade de Abertura Oficial da 4ª edição de 2022 da Conciliação Itinerante promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão no Fórum da Comarca de Balsas, que teve o intuito de promover a solução de questões processuais e pré-processuais jurídicas, com maior efetividade e celeridade na resolução das demandas.

Na ocasião, a presidente da Subseção de Balsas, Helcrisia Sousa, ressaltou a importância da cooperação institucional e do diálogo permanente dos órgãos de Justiça.
“Parabenizo o Tribunal por essa iniciativa que enobrece a advocacia, sendo primordial nesse processo conciliatório, já que é quem primeiro tem contato com a parte, estabelecendo uma relação de confiança”, ressaltou Helcrisia Sousa.

Durante o evento, a presidente da Subseção balsense fez um apelo, de forma pública, ao presidente do TJMA pela necessidade premente de criação e instalação de uma unidade jurisdicional especializada e exclusiva para assuntos agrários na Comarca de Balsas - MA.

Participaram do evento a presidente da OAB subseção Bacabal, Helcrisia Sousa; o presidente do TJMA, Des. Paulo Velten; o presidente do Núcleo de Conciliação, Des. José Gonçalo; o coordenador do núcleo de conciliação e juiz, Marcelo Oka; os magistrados da Comarca de Balsas Douglas Lima, Aurimar Arrais, Tonny Luz, Rafael Leite; o magistrado de Alto Parnaíba, Carlos Jean Saldanha; o defensor público de Balsas, Alberto Pessoa Bastos, e promotores de Justiça; o prefeito de Balsas, Erik Augusto; servidores do Tribunal de Justiça e vários jurisdicionados.